



Série “Infância Violada” – Uma análise a partir do jornalismo social¹

Thiberio Fonseca Azevedo²

Autor

Monyse Ravenna de Souza Barros³

Co-autora

Klycia Fontenele⁴

Orientadora

Resumo

O presente artigo analisa a série de reportagens “Infância Violada”, publicada pelo jornal O Povo, entre os dias 16 e 18 de maio de 2009, e realizada pela jornalista Lucynthia Gomes. As matérias jornalísticas tratam da exploração sexual de crianças e adolescentes. A análise é feita na ótica do jornalismo social. Para tanto o texto discorre sobre a função social do jornalismo, tendo como base também o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Palavras-chave

Direitos, infância, adolescência

Introdução

Pra que serve o jornalismo?”. A pergunta realizada muitas vezes por estudantes e pesquisadores deste tema pode levar a inúmeras discussões que levam a conclusões das mais diversas. Hoje, o jornalismo é um negócio, um mercado onde a notícia está à venda. Como em todo comércio, a concorrência é quem dita as leis da produção e venda da notícia. A velocidade e a objetividade dirigem o trabalho dos jornalistas das grandes empresas de comunicação, que precisam noticiar os fatos antes da empresa concorrente.

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 10 a 12 de junho de 2010.

² Estudante de jornalismo 8º semestre do Instituto de Cultura e Arte (ICA) da Universidade Federal do Ceará (UFC).

³ Estudante de jornalismo 8º semestre do Instituto de Cultura e Arte (ICA) da Universidade Federal do Ceará (UFC).

⁴ Graduada em Comunicação Social Jornalismo pela UFC e professora do Instituto de Cultura e Arte (ICA), da Universidade Federal do Ceará (UFC).



Como afirma Ciro Marcondes Filho, a notícia é a informação transformada em mercadoria, e esta transformação se constitui em um tratamento de adaptação da informação às normas mercadológicas, de generalização, padronização, simplificação e negação do subjetivismo (Marcondes Filho, 1989).

Nesta realidade, surge outra pergunta “A quem serve o jornalismo?”.

Movidos pela busca da notícia “em primeira mão”, os textos dos jornais se tornam objetivos, rápidos e sem contextualização dos fatos. O texto noticioso irá se construir, agora, sobre a estrutura da resposta às perguntas: “Quem?”, “o que?”, “como?”, “onde?”, “quando?” e “por que?”. Não podemos ser ingênuos a ponto de pensar que o fato noticiado não teve uma história, um possível movimento da sociedade que pode repercutir em fatos maiores.

Nesse modo de fazer jornalístico o que está em jogo é a venda, do que aparenta ser a melhor apuração dos fatos. Na verdade, o que se lê, nos jornais impressos, são notícias que, movidas pela pressa em chegar mais rápido, desrespeitam os envolvidos. E quando se aborda assuntos que envolvam crianças e adolescentes, onde o cuidado deveria ser redobrado, visto que são cidadãos que estão em desenvolvimento, os erros são inúmeros.

Faltas de cuidados na apuração, utilização dos termos corretos e até na preservação da imagem de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social são comuns nos jornais. Dessa forma, percebemos como um fato mal noticiado pode desinformar completamente, multiplicando opiniões formadas sobre conceitos e interpretações erradas da realidade.

Podemos citar como exemplo a cobertura das editorias de polícia, onde termos, como “menor”, “bandido” e “assaltante”, são utilizados para caracterizar os adolescentes, conferindo-lhe um estigma que ele carregará durante toda a sua vida. Outro exemplo é uso do termo “prostituição infantil”, em que a criança ou adolescente recebe toda a responsabilidade pela exploração que sofre.

Poderíamos nos debruçar sobre os erros jornalísticos nessa questão, mas preferimos trabalhar com um exemplo positivo. Este trabalho se propõe a analisar a série de reportagem Infância Violada, feita pela jornalista Lucintha Gomes e veiculada no jornal O Povo em novembro de 2008.

Trabalhamos com análise sob a ótica do jornalismo social, um jornalismo voltado para discussão e análise dos fatos, em que o jornalista se considera como ator



social, que pode ajudar na construção da realidade e tenta fazer isso de forma positiva, respeitando os direitos e a dignidade do cidadão.

No início, discutimos sobre relação entre dois jornalismo diferentes que se apresentam nos jornais atuais. O jornalismo mecânico, seguidor do *leade*, da velocidade, que noticia por noticiar e o jornalismo social, explicado acima. Este primeiro surge com a modernização da sociedade no início do século XIX, reproduzindo e legitimando seus valores, guiados pelo mercado.

Consideramos importante também tratar do marco legal a cerca da proteção dos direitos da criança e do adolescente. O Brasil tem um importante instrumento dessa proteção, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O documento serviu de base para discutirmos a responsabilidade do jornalista na proteção dos direitos das crianças e adolescentes.

Na segunda parte, trabalhamos com os conceitos corretos em relação à exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes, tema das reportagens. Após a conceituação partimos para análise das matérias.

Jornalismo: Mecanicismo x Integração

Muitas vezes, o jornalismo é ineficaz. Muitas vezes, o jornalismo é deficiente em questionar, apontar erros, buscar respostas aos verdadeiros anseios da sociedade. (Vicchiatti, 2005, p. 23).

A partir do fim do século XIX e início do século XX, o jornalismo, assim como muitas áreas do conhecimento, é moldado por um conjunto de paradigmas direcionados à luz do mercado. Especialmente, no caso da imprensa – cujo desenvolvimento tem relação direta com o desenvolvimento industrial, um dos pilares do desenvolvimento do capital – dificilmente suas atividades podem ser consideradas distantes da lógica da produção no sistema das mercadorias (Marcondes Filho, 1984).

Os jornais são empresas e como tais absorvem a busca por velocidade e produção em larga escala, características vigentes da sociedade moderna. A notícia, então, é o produto que essa empresa deve vender. O produto necessita de cuidados para se adequar a esse cotidiano. “Filho de seu tempo, o jornalismo constituiu seu propósito, sua identidade e seus instrumentos de atuação, amparando-se fortemente em paradigmas que alicerçavam o foco intelectual de sua época original.” (Vicchiatti, 2005).

Vicchiatti, explica bem esse processo de construção da notícia. O acontecimento é formatado em uma estrutura rígida de relatos, onde tudo é condicionado no famoso lead (2005). As famosas perguntas “quem”, “o que”, “onde”, “quando”, “como”, “por



que” vão nortear essa estrutura que acaba por condensar a notícia. O intuito aqui não é provocar reflexões ou discussões sobre o tema, mas simplesmente repassar a notícia da forma mais rápida possível, antes da outra empresa.

A atividade jornalística, marcada por forte ritmo de periodicidade, repetida a intervalos relativamente curtos, obriga os veículos de imprensa a recortarem o tempo em frações limitadas, a debruçarem-se sobre o hoje, tentando explicar acontecimentos cuja origem, em muitos casos, desenhou-se num tempo distante e cuja consequência prosseguirá além do horizonte temporal imediato. (Vicchiatti, 2005).

Esse tipo de construção das notícias é denominado de “jornalismo mecânico” e como foi exposto ele vai simplesmente noticiar, repassar informações. Para tanto, estará ligado à factualidade. Geralmente, essa factualidade é considerada por novos resultados de pesquisa, aumento de mortes por determinada doença, ou algo que seja considerado relevante e atual, para que aquele fato se torne uma notícia.

Um dos maiores desafios do jornalismo no século XXI consistirá em reformular os princípios e valores básicos que orientam seu olhar sobre o mundo, desde quando essa atividade moderna começou a ganhar status de comunicação de massa, já no final do século XIX. (Vicchiatti, 2005).

Para além da construção da notícia, o jornalismo social traz um novo olhar sobre o fato, sobre os que estão nele envolvidos, e sobre os que saberão dessa história pelos jornais. Nesse tipo de jornalismo, a preocupação está na contextualização de um fato e o jornalista se compreende como um dos atores desse processo. Os problemas e possíveis soluções contidos no fato dizem respeito ao jornalista e assim ele o considera.

É, a partir desse pensamento, que o jornalismo adquire uma preocupação maior que a venda da notícia. O que se leva em consideração, aqui, é a relevância que esse material produzido pelo jornalista possa ter na sociedade, pelo que esta possa refletir sobre si e enxergar como seu o fato que levou à produção da matéria.

O jornalismo social é compreendido, neste artigo, como uma forma de integração com a sociedade em que está inserido, pois nele o jornalista é parte do processo. Ele não está completamente fora do contexto.

O Papel do jornalismo social está, então, comprometido com os compromissos éticos dos jornalistas, os quais se configuram como profissionais ligados ao seu efetivo papel social.

Nosso papel (como comunicadores) é o de despertar consciências, motivar atitudes positivas, evitando a superficialidade e a omissão perniciosa, que só fazem aumentar as diferenças sociais (...) O enfoque



central, porém, deve ser o cidadão e a sua necessidade de viver dignamente e com liberdade (Sfreddo apud Vicchiatti, 2005).

É com base nessas considerações de Sfreddo que a série *Infância Violada*, veiculada pelo jornal cearense *O Povo*, em novembro de 2008, na editoria de Cidades, foi escolhida como objeto deste estudo, visto que ela representa um exemplo positivo de cuidado com o cidadão, tendo em vista a construção de toda a série em si (texto, termos utilizados e diagramação), como veremos adiante.

Jornalismo, direitos das crianças e adolescentes

Levando em consideração a discussão acima sobre jornalismo social, é importante ressaltar os cuidados que o jornalismo deve ter na luta pela garantia e manutenção dos direitos das crianças e adolescentes.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Eca) completa 20 anos de sua promulgação em 2010. O Eca é tido com um marco para os direitos da criança e do adolescente no Brasil, substituindo o código de menores. Foi, a partir do Estatuto, que as crianças e os adolescentes passaram a ser reconhecidos juridicamente como sujeitos de direitos e colocados na condição de prioridade absoluta para o Estado e a sociedade.

O Eca garante em seu artigo 4º que:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (Rede Andi Brasil, 2009).

Nesse contexto, o jornalismo também deve levar em consideração a proteção das crianças e adolescentes, mas, infelizmente, séries como essa que analisaremos são exceção nos jornais, os quais acabam por criminalizar os jovens com a utilização de termos pejorativos, como “menor” ou “prostituição infantil”, que criminalizam as crianças e adolescentes que se encontram em alguma situação de vulnerabilidade ou risco social. Esse tipo de situação, encontrada em muitas notícias desse “jornalismo mecânico”, vão de encontro ao artigo 5º do Estatuto que diz:

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma de lei qualquer atentado, por ação ou omissão aos seus direitos fundamentais. (Rede Andi Brasil, 2009).

A caracterização de Sfreddo do que seria um jornalismo voltado para as causas sociais, ligado à propagação da dignidade do cidadão, é totalmente amparada por este marco legal no que diz respeito às crianças e adolescentes. Considerando o artigo 18 do



Eca, o qual coloca que: “É dever de todos zelar pela dignidade da crianças e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.”, reconhecemos nesta série de reportagens do jornal *O Povo*, feita pela jornalista Lucintha Gomes, um exemplo de um jornalismo voltado para a defesa de direitos do cidadão.

Abuso e exploração sexual: a infância violada

Apesar dos marcos legais que determinam a proteção da criança e do adolescente e a garantia de seus direitos como prioridade, várias violações ainda acontecem, cotidianamente, no Brasil, entre elas, a violência sexual. “A violência sexual é um abuso de poder por parte do adulto, em que ele usa a criança ou adolescente para satisfazer-se sexualmente, induzindo ou forçando práticas sexuais, com ou sem o uso da força física” (Rede Andi Brasil, 2009).

Para o Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, a violência sexual é:

Uma violação de direitos. Crime contra a humanidade, que fere direitos individuais, a condição físico-social das pessoas por razões de desigualdade, de abuso de poder, de agressões de gênero e de exploração (Falando de Conceitos. Texto do Fórum Cearense de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes).

O Fórum Cearense para o Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes caracteriza a violência sexual como:

Um fenômeno social que envolve complexas relações de poder e qualquer situação de jogo, ato ou relação sexual, homo ou heterossexual, com ou sem contato físico, entre uma pessoa mais velha e uma criança ou adolescente, se expressando através do abuso (intra ou extrafamiliar) e ou da exploração sexual. (IDEM).

Dentro da realidade social brasileira a evidência e a comprovação de crescentes casos de violência sexual contra crianças e adolescentes nos dão margem para discutir a violência sexual como violação aos direitos humanos e sociais e como crime contra humanidade. As relações de poder desiguais que desde muito tempo são marcas da sociedade brasileira influenciam no número crescente de casos. É preciso que entendamos a violência sexual como um fenômeno de complexas bases de gênero, raça, classe e geração.

As formas de violência sexual podem ser divididas entre o abuso sexual e a exploração sexual. Embora a situação de exploração sexual geralmente envolva o abuso sexual quando falamos na exploração estamos nos referindo àquele tipo de violência



que possui fins comerciais e que tem como intermediário o aliciador – pessoa que lucra com a venda do sexo com meninos e meninas.

Desde a promulgação do ECA, deixou-se de se utilizar o termo prostituição infantil, já que a palavra “prostituição” remete à ideia de consentimento – a pessoa se prostitui e não é prostituída por terceiros. Isso desvia o verdadeiro enfoque, que é o da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes por aliciadores. Para melhor descrever esses caos, o correto é usar o termo “exploração sexual-comercial infanto-juvenil”, uma vez que meninos e meninas são explorados sexualmente porque são induzidos a essa prática por adultos, responsáveis por administrar e negociar com a criança ou adolescente. A utilização do termo “exploração sexual” é recomendada por instituições que trabalham com os direitos da criança e do adolescente como a Agência Nacional dos Direitos da Infância, Andi (Rede Andi Brasil, 2009).

Já o abuso não envolve a relação comercial e, geralmente, é praticada por adultos próximos à criança e ao adolescente, muitas vezes, pessoa com parentesco ou com outras relações – como padrastos e madrastas. O que prevalece no abuso sexual são as relações de poder que o abusador possui com a vítima.

A relação entre imprensa comercial e jornalismo social

Todo o homem tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferências, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios, independentemente de fronteiras. (Declaração dos Direitos Humanos, art. 19).

A grande imprensa foi uma peça importantíssima na consolidação da hegemonia neoliberal. Marcondes Filho chega a definir jornalismo propriamente dito apenas quando essa atividade ganha um caráter além do econômico.

Considera-se jornalismo propriamente dito a atividade que surge em um segundo momento da produção empresarial de notícias e, que se caracteriza pelo uso do veículo impresso para fins – além de econômicos – políticos e ideológicos. (Marcondes Filho, 1985, p. 16).

No Brasil, os jornais, como aparelhos ideológicos privados, tiveram uma função orgânica muito clara e eficiente na consolidação desse modelo, principalmente no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2002).

A privatização, o desmonte do aparelho estatal, a abertura do país ao capital estrangeiro, a adesão ao conceito de Estado mínimo, a flexibilização das relações de trabalho, o desprezo à política e a criminalização dos movimentos sociais (entre eles, os



de defesa dos direitos da criança e do adolescente). Essa agenda foi colocada especialmente pelos governos tucanos e alimentada à farta pelos jornais.

O Jornal O Povo circula a mais de 80 anos na cidade de Fortaleza, capital do Ceará. Foi fundado em 7 de janeiro de 1928, por Demócrito Rocha. Na época em que foi lançado, em seu primeiro editorial o jornal apresentava o propósito de "defender os interesses da sociedade contra as oligarquias dominantes" da época, e se dizia capaz de "levar o desenvolvimento ao Ceará". Ao ser lançado e durante muito tempo o *slogan* de O Povo foi "O jornal das multidões".

Ao longo dos anos, O Povo passou por diferentes linhas editoriais. Instituiu, em 1997, o seu Conselho de Leitores, formado por representantes da sociedade civil, o Conselho se reúne bimestralmente para avaliar, criticar e sugerir pautas. O Povo é também o único jornal do Estado e um dos poucos do Brasil a ter ombudsman. O ombudsman exerce a função de crítico ao próprio jornal. Sendo um profissional da própria empresa, garante maior credibilidade por parte dos consumidores, utilizando a opinião destes para fazer as críticas ao jornal.

Atualmente, o jornal é ligado ao Grupo Demócrito Rocha e faz parte de uma cadeia de comunicação que inclui também emissoras de rádio e televisão, publicações impressas e portais na internet. Como a maioria dos jornais brasileiros, O Povo é um legítimo representante da grande imprensa comercial, gerida por anúncios publicitários. Sobre essa questão Maria Inês Nassif afirma:

A realidade da imprensa brasileira é apenas uma, no quase último século, e ela permanece imutável, salvo por alguns jornais que quebraram no meio do caminho: nacionalmente, dominam o cenário alguns grandes jornais ou editoras, que são empresas familiares tradicionais; ao longo desse período, os jornais foram os porta-vozes dos setores conservadores, com breves interregnos de associação deles com outros setores na luta contra governos autoritários – não se pode, portanto, apontar nessas empresas familiares uma grande e constante vocação democrática; a imprensa partidária e "alternativa" não conseguiu progredir, parte por problemas econômicos, parte por graves limitações conceituais de esquerda a respeito do formato de uma mídia alternativa ao circuito das empresas familiares (Nassif, 2008).

Nesse contexto, a prática do jornalismo social ficou restrita. Somente alguns cadernos veiculavam esse tipo de texto, ou, como é mais comum, jornalistas que se identificam com questões delicadas da sociedade tentam furar o bloqueio da grande imprensa com textos ainda tímidos. Apesar disso, nos últimos anos, essa realidade tem se modificado um pouco e o jornalismo social passa a ser praticado com mais frequência pela grande imprensa nacional.



O jornal que está à venda hoje nas bancadas pode, no seu todo, desempenhar a função social de uma classe, e ter dentro de si todos os elementos de propaganda para convencer o seu leitor que sua ideologia e sua ética é a única verdade. Quando ele é aberto, todavia, é possível diferenciar profissionais não-alinhados com a sua linha editorial, e que, portanto, não assumiram a função de intelectuais orgânicos da cultura hegemônica, e podem atuar, inclusive, como intelectuais orgânicos de uma cultura contra-hegemônica (Nassif, 2008).

A afirmação acima não pode ser totalmente aplicada ao caso da série *Infância Violada*, feita pela jornalista Lucynthia Gomes, porém, é bastante claro que o jornalismo social, geralmente, é praticado por profissionais que adotam, de certa maneira, uma postura contra-hegemônica. As reportagens só conseguem aparecer quando o repórter chama para si toda a responsabilidade, que vai desde a feitura da pauta, a produção da reportagem, os cuidados na edição e na diagramação e a escrita em si do texto que será publicado.

A série a qual iremos analisar foi escrita pela jornalista Lucynthia Gomes e têm como tema a violência sexual praticada contra crianças e adolescentes. Foi publicada entre 16 a 19 de março de 2009 pelo Jornal O Povo. Quatro grandes reportagens foram produzidas sobre a temática e veiculadas na editoria de cotidiano do jornal. Entendemos que essa série é um exemplo da prática de jornalismo social pela imprensa comercial brasileira.

A série *Infância Violada* e a construção da cidadania

Para a realização de matérias que tenham como princípio o jornalismo social entendemos que é preciso enxergar a comunicação como meio de externar ideias e posicionamentos capazes de impulsionar transformações responsáveis pela ampliação da cidadania. Os meios devem mostrar acontecimentos nos quais as pessoas se reconhecem devido à proximidade e semelhança com os fatos do cotidiano experimentados pelo sujeito no dia a dia.

Nos últimos meses de 2009, o jornal O Povo têm privilegiado séries com grandes reportagens que são veiculadas durante alguns dias. Os temas escolhidos, geralmente, remetem a problemas sociais de difícil solução. Drogadição, violência nas escolas, situação dos Conselhos Tutelares em Fortaleza já foram alguns dos temas abordados. Talvez esse tipo de matérias não seja por uma mudança de linha editorial, pois a construção das matérias ainda obedeça a linha editorial do jornal. Aqui, refletiremos sobre a série “*Infância Violada*”, produzida pela jornalista Lucynthia



Gomes que aborda a violência sexual cometida contra crianças e adolescentes e veiculada entre 16 e 18 de março de 2009.

As quatro reportagens da série ocupam a página inteira do jornal e aparecem na editoria de cotidiano. A primeira coisa que chama atenção quando olhamos para as páginas é a sua diagramação. Personagens de desenhos infantis são usados, a página tem um colorido triste, manchas que lembram lápis de cor. Nenhuma foto de criança ou adolescente é mostrada, nem mesmo com o rosto encoberto o que garante a proteção às vítimas da violência, ouvidas pela repórter.

Reportagem 1 – Dia 16 de março de 2009: “Silêncio Rompido aos Poucos”

As denúncias de abuso sexual cresceram cerca de 60% de 2007 a 2008. O número mostra que a população está mais consciente da importância de combater esta violência. O Povo inicia hoje uma série de reportagens sobre o assunto (abre da matéria retirado do site: <http://opovo.uol.com.br/opovo/fortaleza/863023.html>).

A série inicia trazendo dados de uma maior quantidade de denúncias acerca de crimes de violência sexual contra crianças e adolescentes. São usadas como fonte para a reportagem um órgão governamental: o Núcleo de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, vinculado à Secretaria Estadual do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) e uma adolescente de 15 anos vítima de abuso sexual. Pelo núcleo, falam a diretora e uma assistente social.

Na matéria, há um box informando o número do disque-denúncia de Fortaleza; um infográfico trazendo o total de denúncias entre os anos de 2002 e 2009; uma matéria coordenada falando especificamente sobre abuso sexual. Todo o texto da repórter estimula à denúncia de casos de violência sexual, traz números dessas denúncias e deixa claro que a vítima e sua família terão todo o apoio social e psicológico de que necessitam.

Reportagem 2 – Dia 17 de março de 2009: “Violência Velada nas Classes Média e Alta”

A maioria das denúncias de abuso sexual contra crianças e adolescentes é feita pela população de baixa renda. De acordo com especialistas, o pacto de silêncio ainda não foi superado pelas classes média e alta, onde a violência permanece velada. (abre da matéria retirado do site: <http://opovo.uol.com.br/opovo/fortaleza/863256.html>).

Uma realidade que incomoda duplamente é mostrada nessa matéria: a de que o abuso sexual existe e de que ele não é denunciado nas classes média e alta. Incomoda porque são justamente dessas classes que vem a maioria dos leitores de jornais.



Como fontes para a reportagem são usadas um especialista: o professor e coordenador do curso de Psicologia do Centro de Estudos Superiores de Maceió (Cesmac) Liércio Pinheiro; como fontes governamentais, temos novamente o Núcleo de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes da STDS e a também a promotora Edna Lopes Costa da Mata. Chama atenção a ausência de personagens o que pode também ser um indício da dificuldade de abordar o assunto nas classes média e alta.

A estrutura da reportagem traz, além da matéria principal, um box sobre abuso sexual intrafamiliar e uma matéria coordenada, descrevendo os sinais que podem ser percebidos em uma criança vítima de violência sexual. Novamente, tem papel de destaque na matéria o Disque-denúncia. A matéria principal traz a opinião de especialista quanto ao porque da não denúncia em classes abastadas e destaca a manutenção do *status quo* como principal motivo.

Reportagem 3 – 18 de março de 2009: “Gravidez Indesejada, Filhos em Xeque”

Depois de sofrer a violência, algumas adolescentes engravidam. Além dos traumas já existentes, agora elas se vêem com mais um dilema: a dificuldade de amar a criança. Em caso de estupro, o aborto é legalizado, mas algumas jovens decidem ter a criança. (abre da matéria retirado do site: <http://opovo.uol.com.br/opovo/fortaleza/863509.html>).

Os filhos da violência sexual são o tema da reportagem. Mães adolescentes que tem uma gravidez fruto do abuso sexual. Como fontes, são ouvidos, na matéria, profissionais ligados à Maternidade Escola Assis Chateaubrian (Meac), hospital referência no atendimento a mães adolescentes; a Secretaria de Saúde do Estado (Sesa) e uma personagem que sofreu abuso sexual engravidou do próprio tio e decidiu ter a criança.

A reportagem traz ainda um box sobre a lei que garante o direito ao aborto para vítimas de violência sexual e um outro box sobre o número de casos de aborto legal no Ceará. Nessa reportagem, como em toda a série nomes usados são fictícios. O maior destaque dessa página é o aborto visto como um direito em caso de violência sexual. É explicado todo o procedimento para a realização do mesmo.

Reportagem 4 - 19 de março de 2009: “Cicatrices que Ficam”

Helena foi vítima de abuso sexual desde os 6 ou 7 anos até os 19, quando saiu de casa. Hoje, tem 35 anos e ainda sente as cicatrizes que ficaram na alma. No último dia da série, ela conta que, com a ajuda psicológica,



aprendeu a dar um outro significado ao sofrimento. (abre da matéria retirado do site: <http://opovo.uol.com.br/opovo/fortaleza/863799.html>).

Uma exceção vem nessa reportagem: o nome a foto da personagem vítima de abuso sexual na adolescência e hoje com 35 anos são divulgados, mas pelo texto percebe-se que a entrevistada se permitiu essa exposição. Além de Helena, a personagem, é ouvida, como fonte novamente, a Meac e a Fundação da Criança e da Família Cidadã (Funci), ligada à Secretaria de Direitos Humanos de Fortaleza.

Dois box acompanham a matéria principal um sobre a Rede de Atendimento Especial a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual e outro afirmando que os dados oficiais não mostram a realidade quanto ao número de casos de abuso sexual. O número real deve ficar bem acima dos números oficiais. O tom de esperança aparece na matéria. A história de superação de Helena que foi vítima por mais de dez anos do abuso sexual e hoje é educadora social e escritora é mostrada.

Com essa série percebemos que a comunicação pode desempenhar um papel relevante na afirmação e consolidação da cidadania e dos direitos da sociedade notadamente por impulsionar as pessoas a se considerarem sujeitos dos seus direitos.

Considerações Finais

A utilização de um exemplo positivo ocorreu por encontrarmos um grande número de trabalhos que formam suas críticas sobre matérias consideradas mal produzidas, o que acaba por construir uma imagem apocalíptica do jornalismo.

Na série, percebemos um cuidado que ocorreu desde a apuração dos fatos até a diagramação. Não existe um gancho factual, um fato específico ou uma data que justifique as matérias, mas estas são feitas para se gerar uma discussão. É perceptível que a matéria pretende trazer um tema, que é tratado, na sociedade, de forma velada ou errônea, pela imprensa que, geralmente, dá atenção a temas que envolvam crianças e violência sem contextualização nenhuma e como grandes tragédias, que tem fim em alguns meses.

A utilização das fontes também é um ganho das matérias, com a escolha não apenas de médicos ou profissionais que trabalham com as vítimas, mas, também, de pesquisadores e grupos que lutam pela proteção dos direitos das crianças e adolescentes. Mas, é importante lembrar que essas matérias com uma apuração bem feita e uma preocupação com os cidadãos que estão envolvidos nos fatos ocorre em sua maioria em coberturas especiais. Não se vê uma mudança concreta nos jornais, principalmente em



editorias como a de polícia, onde o tratamento as crianças e adolescentes, por vezes, é incorreto.

Referências

Fórum Cearense de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.
Falando de Conceitos.

MARCONDES FILHO, Ciro. *Imprensa e Capitalismo*. **Imprensa e Capitalismo**. Kairós Livraria Editora, São Paulo-SP, 1984. Org. Ciro Marcondes Filho.

_____ **O Capital da Notícia**. São Paulo-SP. Editora Ática, 1989.

NASSIF, Maria Inês. **As responsabilidades individuais e coletivas da grande imprensa e dos jornalistas**. Rio de Janeiro. NPC, 2008.

BASTOS, Elaine Marinho. In A. C. F. Cordeiro, E. M. Vieira, & V. M. Ximenes (Orgs.), **Psicologia e (em) transformação social: práticas e diálogos** (Coleção Extensão Universitária/UFC).

REDE ANDI BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente** – um guia para jornalistas. Brasília, 2009.

VICCHIATTI, Carlos Alberto. **Jornalismo: comunicação, literatura e compromisso social**. São Paulo, Paulus, 2005.